

## Os Sete Sinais: Das Implicações de uma Noção Medieval<sup>1</sup>

Dr. Scott Randall Paine

**Abstract:** The present work is a translation of an article by Dr Scott Randall Paine entitled *The Seven Signa: Implication of a Medieval Notion* published originally in *Mediaevalia* in 2004. In the article, the author proposed the discussion of the *signa* concept following the reflections developed by the theologian and philosopher Thomas Aquinas. Such discussion was motivated by the inclusion of two more signs in the list made by the Significance Philosophical Theory, that is: the image and the symbol. Paine concluded that it is possible to add these two signs because of their respective natures that are based in the mimetic representation and the evocation.

**Keywords:** Medieval Philosophy; Symbol; Image; Signs.

**Resumo:** O presente trabalho é uma tradução de um artigo do Dr Scott Randall Paine intitulado *Os Sete Sinais: Das Implicações de uma Noção Medieval* publicado originalmente no periódico *Mediaevalia* em 2004. No artigo, o autor se propôs discutir o conceito de *sinai* a partir das reflexões desenvolvidas pelo teólogo e filósofo Tomás de Aquino. Tal discussão teve como motivação a inclusão de mais dois sinais na lista elencada pela Teoria Filosófica da Significância, a saber: a imagem e o símbolo. Paine chegou à conclusão que é possível acrescentar estes dois sinais por causa de suas respectivas naturezas que estão fundamentadas na representação mimética e na evocação.

**Palavras-chave:** Filosofia Medieval; Símbolo; Imagem; Sinais.

## INTRODUÇÃO

Quando Tomás de Aquino chama um *sinai* de «aliquid ex quo deveniatur in cognitionem alterius quasi discurrendo»<sup>2</sup> e «quodcumque notum in quo aliquid cognoscatur»<sup>3</sup>, a possível extensão de uma tipologia de

---

<sup>1</sup> Texto publicado originalmente em MEIRINHOS, F. J. & PACHECO, M. C. (eds). Actes du XI<sup>e</sup> Congrès International de Philosophie Médiévale de la Société Internationale pour l'Étude de la Philosophie Médiévale (S.I.E.P.M.), Porto, du 26 au 31 août 2002, vol. IV. *Mediaevalia. Textos e estudos* 23 (Porto, 2004) pp. 51-62. Agradecemos aos editores da *Mediaevalia* e ao Dr. Paine que gentilmente autorizaram a tradução deste artigo para publicação. Reiteramos, no entanto, que os eventuais erros e incoerências por ventura presentes nesta tradução são de nossa exclusiva responsabilidade. Traduzido por Jonas Filippe Matos de Souza, mestrando em Estudos Literários Comparados na UNB; Ribanna Martins de Paula, Mestranda em Estudos Literários Comparados (UNB); Victor Hugo Pereira de Oliveira, mestre em Estudos Literários Comparados (UNB).

<sup>2</sup> Nota dos tradutores: “algo através do qual se pode chegar ao conhecimento de alguma coisa como se raciocinasse a partir dele”.

\* Nota dos tradutores: “que guia ao conhecimento de outra coisa”.

significados pode ameaçar a ultrapassagem de todos os limites. O que, não obstante, nos guia— quando observado — de alguma forma a um rumo que evidencia algum outro? No entanto, se resistimos à mudança para uma postura polissignificativa por reservar a palavra *senal* para aquelas coisas que, sozinhas, reconhecemos com uma espécie de espontaneidade, como apontar para alguma outra coisa, descobrimos uma pequena lista que se mostra bastante importante. Eu gostaria apenas de sugerir que esta lista fosse ligeiramente estendida, e de maneira significativa, de forma a acomodar o que eu percebo como sendo todas as sete espécies de sinais.

Além das classes familiares do *senal formal* (o conceito), o *senal natural* e o *senal arbitrário* ou *convencional* na filosofia, e o *senal sacramental* e o *miraculoso* na teologia, faríamos bem ao incluir tanto o *símbolo* quanto a *imagem* dentro do mesmo arcabouço teórico. Eles não são menos manifestadores do que os cinco outros sinais mais familiares. Em alguns casos, eles podem ser mais. E, para além de onde o pensamento conceitual pode ousar, ou aonde a reflexão causal pode explorar as ramificações do fenômeno natural, ou aonde o costume humano pode formar sinais arbitrários de suas diversas intenções, e além de onde o sacramento e o milagre podem apontar para os objetos da fé, também nos encontramos atribuindo significados de duas outras formas: imaginamos, pintamos quadros e tiramos fotografias, assim conhecemos outras coisas através destas coisas em novas maneiras, e frequentemente inferimos, de certos objetos, alusões a mistérios que nenhum pensamento, natureza ou convenção poderia sequer capturar adequadamente. O *senal* aponta para outras realidades de diversas formas. O *conceito* significa através de sua transparência total para a realidade a qual ele denota, *formal* porque ele não precisa ser apreendido primeiramente como um conceito para funcionar como um sinal — sua própria natureza consiste em apontar para outra coisa. O *senal natural*, é claro, também aponta por sua própria natureza, mas primeiro precisa ser percebido em si mesmo (como a fumaça que vemos que significa o fogo que não foi visto) antes que qualquer significação ocorra. É a vontade humana que dá significado para o sinal convencional. O sacramento é entendido, na teologia, como o tipo de sinal que leva consigo aquilo que é simbolizado, dando-lhe a sua marca especial; e o milagre simboliza, por sua testemunha, uma ação divina pela qual a natureza não pode explicar. Mas a significação através da representação é a marca única da *imagem* e do *símbolo* — o primeiro através da imitação icônica, o último pela evocação e sugestão. E é em direção à inclusão destes dois sinais na teoria filosófica da significância que eu ofereço as seguintes observações.

---

<sup>3</sup> Na segunda passagem, suspeito que algum copiadador distraído tenha escrito por engano *aliquid* em vez de *aliud*, sendo que esta última palavra representa mais o sentido querido por Tomás.

## O EXCESSO DA SIGNIFICÂNCIA: O CONCEITO

Um sinal, para João de Santo Tomás<sup>4</sup>, é algo que guia para o conhecimento de uma coisa para além de si mesma. Começando com aqueles meios de conhecimento privilegiados, os conceitos, compreendemos que, por sua própria natureza, eles não produzem conhecimento sobre eles mesmos, mas sobre as coisas. O conceito é um *signum quo cognoscitur*,\* que sugere que sabemos o significado através do sinal, sem primeiro aludir ao sinal enquanto tal. Você deve primeiro olhar para o sinal de parar com os seus olhos antes de reconhecer a necessidade de parar no cruzamento logo em frente. Mas quando pensa no sinal de parar, você não teve primeiro que pensar: «ah, há um conceito de ‘sinal de parar’ na mente – é melhor usá-lo de forma a pensar sobre aquela coisa logo ali». O conceito funciona, significa, sem ter sido analisado anteriormente. Em vez disso, você olha através dele. A sua significância é perfeitamente diáfana, cada conceito funcionando como se fosse uma janela para o mundo. Da mesma forma que não olhamos primeiro para o vidro e só então através da janela, assim funcionam os conceitos. Ao chama-lo de sinal formal, a tradição escolástica está sugerindo que este tipo de significação está na base, ou na matriz, de todas as outras significações. Sua intencionalidade perfeita faz com que todas as outras intencionalidades sejam possíveis. Como Aristóteles teria dito, aquilo que é perfeito em qualquer espécie é a causa de todos os outros membros do mesmo espécie<sup>5</sup>.

A performance do conceito é tão formal que tudo, exceto uma identidade do conhecedor e do conhecido, é alcançado. Quando o Stagirita afirma que a alma humana é «de certa forma todas as coisas existentes»<sup>6</sup>, ele dá o crédito à sua capacidade de conceber novas coisas em si mesmo transformando-se assim, de alguma forma, naquilo que ela [a alma] conhece. Esta característica de um conhecimento propriamente intelectual, ou espiritual, é o que faz com que o ser humano e os anjos sejam seres imbuídos de significado e ordenados para a descoberta e comunicação de tais significados.

O espírito criado entra em contato cognitivo com o mundo diferente de si mesmo por, de alguma maneira, transformando-se nele. Ou seja, ao ser formado depois da imagem e semelhança do objeto a ser conhecido, o espírito criado o conhece. As espécies ou formas daquele conhecimento, “concebido” em sua frutuosa compreensão com o ato inseminante de ser fora dele, faz

---

<sup>4</sup> Ioannis a S. Thoma OP, *Cursus Philosophicus Thomisticus*, <Ars Logica>, pp. 21-22, Mariette, Rome, 1948, pp. 646,722. As observações de J. Maritain em *Les degrés du savoir*, Paris, 1932, pp. 769ff. e *L'esprit dans as condition charnelle*, Paris, 1939, pp. 80-89, são comentários úteis sobre este comentador, como é a relação de A. McNicholl desta tradição às tendências modernas no Estruturalismo, Roma, 1975, pp. 16-38.

\* Nota dos tradutores: “O sinal que é conhecido”.

<sup>5</sup> Este princípio, citado por Tomás (*Contra Gentiles*, I, 41; II, 15; IV, 25; *Summa Theol.*, I, 2, 3; III, 45, 1 e passim) foi citado originalmente na *Metafísica* de Aristóteles (II, 1, 932b 27).

<sup>6</sup> De Anima, III, 3, 432b 20-21.

com que o espírito, em si mesmo, seja um tipo de sinal primordial. Cada ato cognitivo transforma a mente conhecedora num sinal intencional, como um dedo apontando, de alguma forma, para si mesmo e, além disso, apontando para algo além de si mesmo.

Assim, o sinal formal é um tipo de analógico primário em um mundo de sinais muito diversos. É o primeiro e principal tipo de modificação criada que guia para o conhecimento de outra coisa. Sua supremacia especial nesta função, erguendo-o bem alto em seu trabalho acima de outros tipos de sinais que discutiremos em breve, é a transparência modesta e pura com a qual ela se absolve do encargo de indicar outra coisa. Ela, literalmente, desaparece no desempenho do seu encargo. Todos os outros sinais devem, primeiro, ser vistos em si mesmos antes que eles possam dar o sinal que apressa a mente para o alvo da cognição significante. Podemos ir mais longe e afirmar que é, normalmente, apenas no grau em que um conceito é inadequado, confuso ou apenas distorcido, que ele chama atenção a si mesmo, de qualquer modo.

## OS SEIS SINAIS NÃO-FORMAIS

Pareceria que o princípio *sinais não-formais* poderia ser significativamente agrupado em quatro classes: natural, arbitrário, representacional e supernatural, enquanto que as duas últimas admitem subdivisões adicionais, dando-nos seis no total. Observo brevemente que os dois sinais supernaturais são: milagres e sacramentos.

O milagre significa a origem de Deus ou a aprovação de um dado fenômeno. Pois empresta o testemunho divino a um evento, ação ou palavra, sem o qual ficaria frágil e nu diante da corrosividade da dúvida humana. A Ressurreição de Cristo, por exemplo – o Milagre dos Milagres para o cristão – empresta sanção celestial para todas as outras palavras e ações de Cristo na terra. A sua historicidade crucial, dentro do âmbito da fé, é crucial porque aquela significa, na verdade, o trans-histórico. Um sacramento, por outro lado, é um tipo bastante diferente, quase o oposto, de sinal. Aqui não existe uma exibição sensorial e histórica espetacular. Como o milagre, é um tipo de sinal bastante teatral, se você preferir. E, tanto o milagre quanto o sacramento exigem a fé. O milagre, no entanto, funciona através de um testemunho sensivelmente evidente, levando nossa mente a concordar com algo (ou alguém) para além do evento miraculoso em si mesmo. O sacramento é diferente. Poderia até ser uma daquelas coisas para as quais o milagre aponta! Mas ele não te surpreende. Se você aceitar o testemunho de um Ser milagroso, você aceitará que Ele pode estabelecer sinais sensíveis para a graça invisível. Isto que é um sacramento: um sinal que realiza aquilo que ele significa. É a melhor significação de todas. É como se os sinais de parar comessem a atirar tijolos nos carros que se aproximam. Mas voltemos à filosofia. O filósofo poderia, ao menos, notar que o fato dos campeões da ordem sobrenatural também insistem na centralidade da significância.

Nossos quatro tipos de sinais restantes cairão em suas categorias ao longo do eixo da maneira como eles significam por serem advertidos primeiro. Ou seja, pode ser a própria natureza da coisa que é significante (fumaça de fogo); pode ser uma deliberação determinada da vontade humana (sinais matemáticos, sinais de trânsito, etc.); ou pode ser um tipo de representação das coisas significadas ou pela imitação ou pela sugestão (um retrato na parede ou uma caveira com ossos cruzados numa jarra de veneno). Examinemos um de cada vez.

## **O SINAL NATURAL**

O sinal natural indica algo diferente de si mesmo em virtude de sua própria natureza. Não é necessário ser estabelecida uma convenção humana para que o aparecimento de fumaça signifique fogo para nossa mente; duas ou três experiências do nexos entre os dois são suficientes para imprimir o significado natural da fumaça em uma mente consciente. A fumaça é relacionada ao fogo assim como à sua origem, e o significado de fumaça provém dessa derivação causal. Da mesma forma que a coloração nas bochechas é causada pela intensa circulação de sangue, e assim por diante. Zoologistas nos dizem que o sacudir da cauda de cachorro, gato ou cavalo, significam cada um algo diferente, mas os três ainda são sinais naturais, embora de três disposições internas diferentes. Ao longo da natureza, a variedade de sinais cujo significado é independente da vontade humana corrobora a coerência causal da natureza, e todos juntos são coniventes ao fazer com que o cosmos pareça significar naturalmente sua Origem. Muitas tentativas de provar a existência de Deus provém dessa propriedade.

## **SINAIS ARBITRÁRIOS**

A mente humana é, por natureza, produtora de um tipo de sinal, como vimos: o sinal formal. É-se quase tentado a classificar o conceito como uma subespécie do sinal natural. Mas, como esclarecido antes, apesar de o conceito ser um ato natural da mente humana, um dado conceito não significa aquela mente, mas algo diferente da mente (Idealismo, não obstante). Se você pudesse ver um conceito emergindo de uma elevação coberta de cabelo, como fumaça da colina de uma floresta, você concluiria que o objeto cabeludo é uma cabeça humana. Isso seria um sinal natural de fato. Mas a unicidade do conceito, alguém pode repetir, é que seu trabalho de significar acontece timidamente. Você não o vê. Sua naturalidade não é devida a nenhuma das naturezas que pode estar concebendo, mas somente à única natureza que está realizando a concepção. E inicialmente invisível até mesmo para esta natureza, ele dificilmente se qualifica como um sinal natural.

Mas o conceito se submete, alguém poderá propor, ao controle da vontade. Ele não é, então, um sinal arbitrário? Novamente, deve-se responder que não. O significado de um sinal arbitrário é determinado pela escolha da vontade humana. O significado do conceito, por outro lado, é determinado

pela sua conformidade com a forma do objeto. O último não é, como regra geral, sujeito aos decretos da vontade criada.

O sinal de pare, novamente, é um exemplo útil e por mais de uma razão. Ele é claramente arbitrário em sua forma. Um octógono não indica parar, reduzir, estagnar, mais do que um triângulo ou um dodecaedro. Foi escolhido, independente do motivo, para anunciar a mensagem de pare, e um acordo foi sendo feito por todos os motoristas amantes da vida. Mas, você pode interpor, e a cor? Ninguém negará que aquele vermelho parece significar alarme e chamar atenção para si mesmo mais do que outras cores. Por que isso?

Algo além da pura convenção parece estar acontecendo aqui. Por que o vermelho nos chama, assim como o touro, à atenção? A resposta é fácil: sangue. Espera-se que o fluido carmesim brilhante que flui através de nossas veias, corra apenas em suas rodovias ocultas e interiores – e não sobre o asfalto de nossas estradas. Quando vemos o rio vermelho cair, sabemos que algo está errado. Portanto, o sinal de pare vermelho mistura sua mensagem convencional com uma apreensão instintiva na psicologia do homem, nos parando mais efetivamente do que o resto do arco-íris.

Ainda assim, escolhemos fazer nossos sinais de pare vermelhos. O octógono é uma escolha voluntária, quase um capricho. O vermelho, no entanto, é fundamentado na realidade, *cum fundamento in re\**, se você preferir. Bem, vermelho é um sinal natural para perigo? Na verdade, não. As rosas vermelhas não são alarmantes. Nós não ofegamos com horror à vista de um pássaro vermelho. A cor vermelha precisa da sanção de uma escolha humana para fazer evoluir esse forte, porém não-universal, significado de alarme para o status de um sinal completo. O sinal arbitrário pode não ser totalmente arbitrário no sentido de indiferente ou instável, mas deve ser arbitrário quando proveniente do decreto da vontade de um *liberum arbitrium\**.

## O SINAL REPRESENTATIVO

O sinal natural indica sua causa, como a fumaça indica a presença de fogo, mas não o rerepresenta. A fumaça não é, realmente, como o fogo; ela não acende, nem queima, normalmente. Não se pode dizer que ela imita o fogo ou fica no lugar do fogo para propósitos de sugestão ou indicação. Existindo, a fumaça aponta para a presença do fogo, mas tudo o que representa é nebulosidade, tosse, obscuridade, incômodo, etc. Os sinais de fumaça dos índios norte-americanos são sinais arbitrários, é claro, mas somente porque a fumaça representa algo além do fogo. A lógica de nossa reflexão sugere outro tipo de sinal que não significa por meio de sequência causal natural nem por determinação voluntária, mas fazendo a coisa significada, de alguma forma, presente. Isso parecerá ocorrer de duas formas:

---

\* Nota dos tradutores: “com fundamento na realidade”.

\* Nota dos tradutores: “livre arbítrio”.

### a) O Sinal Imitativo

O exemplo mais claro é o que podemos denominar como representação icônica ou imitativa do sinal. Esta é simplesmente a imagem. Tomás define a imagem em geral como uma similitude expressa e específica que procede do seu exemplar<sup>7</sup>. Por sua vez, João de St. Tomás defende a classificação da imagem como um tipo de sinal e por duas razões. Primeiramente, ele diz que a imagem está relacionada, acima de tudo, ao seu princípio, o exemplar, e, apenas secundariamente, àquele que conhece a imagem; o sinal, em contraste, está relacionado primeiro ao conhecedor, para quem este é significante. Secundariamente, uma imagem pode ser de natureza igual ao seu princípio, como na Imagem do Filho que procede do Pai na Divindade; um sinal, ele continua, é sempre inferior ao significante<sup>8</sup>. Desta forma, ele restringe o número de sinais não-formais (ou instrumentais) ao natural e ao arbitrário.

Não está claro por que a relação anterior do sinal com o poder de saber para quem o significante deveria exercer tanta influência na definição de sinal. O próprio João dá uma definição do mesmo, usando até a palavra *repraesentare*, que parece conceder isto: «*id, quod potentiae cognoscitivae aliquid aliud a se repraesentat*»<sup>9</sup>\*. Nas várias definições sugeridas por Tomás (ele raramente estabelece uma com clareza), a palavra “representar”, é verdade, não ocorre tanto, mas uma ênfase sutil e instrutiva é colocada na realidade significante-suportante como de um momento maior do que o poder de conhecer para quem o sinal é significante. Por exemplo: «*aliquid manifestum quoad nos, quo manducimur in cognitionem alicuius occulti*»<sup>10</sup>\*. Além disso, quando Tomás usa a palavra representar, é para designar uma similitude ontológica, não para meramente indicar algo para a mente<sup>11</sup>. Desta maneira, já que os sinais arbitrários e naturais claramente não são similitudes do significado, João faz com que a significação consista essencialmente em fazer a mente representar o significado, tomando a ocasião oferecida pelos índices indiretos dos sinais arbitrários ou naturais para produzir as espécies expressadas da imaginação, o que realmente é uma representação.

Este uso tortuoso da ideia da representação, apesar de tortuosamente justificável, é dificilmente o significado claro e óbvio que alguém poderia esperar, e certamente não é o vocabulário característico de Tomás. Isto

<sup>7</sup> *Summa Theol.*, I, 35, 1.

<sup>8</sup> Ioannis a S. Thoma, *Cursus Philosophicus Thomisticus*, <Ars Logica>, II, q. 21. art. 3.

<sup>9</sup> *Ib.*, <Ars Logica> I, Summul. Lib. 1, c.2.

\* Nota dos tradutores: “o fato de algo além de si mesmo representando faculdade do conhecimento”

<sup>10</sup> *In Sent.*, IV, 1, 1, 1, 1,5m; *In Vir.*, 9, 4, 4m.

\* Nota dos tradutores: “algo que nos é manifesto através daquilo que nos traz o conhecimento de algo que está oculto”.

<sup>11</sup> *In Ver.*, 7, 5, 2m.

previne João de ver, eu sugiro, a função verdadeiramente representacional de uma grande classe de sinais genuínos deixados inteiramente fora de sua classificação.

Tanto como para a inferioridade do sinal para o significado quanto como para uma desqualificação mais profunda da imagem, podemos estar diante de um pseudo-problema. Esta inferioridade apenas consiste no sinal ser ordenado ao conhecimento do outro, e não em si mesmo – que não implica necessariamente na inferioridade da natureza. O exemplo teológico citado por João é tão *sui generis*, que dificilmente reflete nosso mundo comum de imagens e dos simbolizados, onde cada retrato, por exemplo, é inferior à pessoa retratada. Até Joseph Gredt, no seu famoso e velho manual sobre filosofia escolástica, concordou conosco ao incluir a imagem debaixo da rubrica do sinal, apesar da presença de um princípio de ordenamento ligeiramente diferente<sup>12</sup>.

## b) O Sinal Evocativo

Outro tipo de sinal representativo sugere a si mesmo para a lógica da questão. Este significaria também por representação, mas não pela imitação. O que quer que seja representado nesta maneira imitativa é o tipo de coisa que você realmente poderia ver por si mesmo se você estivesse lá – como a pessoa que está sentada para um retrato, a paisagem pintada, o objeto fotografado. Mas não há também um modo de representação que tenta presentificar algo que você não poderia ver por si mesmo se você não estivesse lá? Não há realidades que não podem ser imitadas ou simbolizadas no meio material porque elas não compartilham de nenhum denominador material comum? Tais objetos podem apenas ser sugeridos por metáfora, evocados por sugestões sensoriais, ou insinuados por uma combinação de sinais primeiramente confusos. São as espécies do sinal que apontam, embora de maneira imperfeita, para eles que mais merecem o nome de símbolo.

Você pode olhar diretamente para o fogo sem primeiro ser guiado a ele por uma trilha de fumaça. Você pode ser parado na esquina por uma apreciação plena do perigo do tráfego convergindo, ou por um policial, sem a dica visual do sinal de parar. Da mesma forma, você pode olhar para uma pessoa diretamente no seu rosto vivo, sem primeiro se familiarizar com seu retrato ou fotografia. Todos estes sinais significam realidades para as quais você poderia ter acesso direto, e as quais – e isso é importante – seriam até mais presentes para você do que seriam através de seus sinais.

De fato, mesmo o sinal formal, por sua própria natureza, toma tudo isto para a sua consumação, porque ele virtualmente se esconde debaixo do significado – tão perfeito é o seu ato referencial de significação. Ao menos em muitos casos, contudo, que o objeto poderia ser diretamente acessado pelos sentidos, sem o conceito. Mas pode haver tidos de coisas que podem apenas

---

<sup>12</sup> J. GREDET OSB, *Elementa Philosophiae Aristotelico-Thomistae*, pars 1, no. 9.

serem presentificadas por um sinal? Uma resposta afirmativa abre as nossas mentes para o horizonte bem diferente da significação simbólica.

O símbolo representa, como a imagem, não por meramente indicar ou denotar, mas por fazer as coisas de alguma forma presentes. Mas ao contrário da imagem, o símbolo não o faz por imitação ou delineação, projeção ou configuração, ou qualquer tipo de similitude tentada, por mais que seja estilizada; representa, apesar de indiretamente. O eixo de referencia no verdadeiro simbolismo é que a alusão, sugestão, intimação, evocação e, de fato, em alguns contextos religiosos, por invocação. A razão que os objetos simbolizados precisam desta esfera maior e menos exigente de significação é porque eles, neles esmos, são mais difíceis de apontar, seja conceitualmente, verbalmente ou mimicamente.

Uma bandeira nacional é, de fato, um sinal arbitrário quando consideramo-la como uma montagem convencional de figuras e cores que são tomadas para identificar um navio como pertencente a um certo país. Mas quando os marinheiros daquele navio se juntam ao redor da mesma bandeira, saudando-a e talvez recitando o hino nacional, ela se tornou um símbolo. Ela representa o seu país. Mas claramente ela não é uma imagem dele. Você não pode ter uma imagem aproximadamente adequada de algo tão vasto e variado como um país. De fato, nós sabemos o que é um país? O solo? O povo? A constituição? Os ideais? – todos esses e algo mais? Não podemos conceituar adequadamente ou imitar sua realidade plena, então nós a simbolizamos. Devemos deixar a complexidade e a magnitude e mesmo as suas dimensões mais enigmáticas intactas.

Mas não apenas o bem-estar e a multidimensionalidade requerem o símbolo. Valores e entidades imateriais também precisam ser significadas, mas contrariam um abraço mais circunscrito dos outros sinais. Acima de muitos tribunais você verá um par de balanças representadas, normalmente seguradas por uma mulher vendada. Estes também são simbólicos; eles representam a virtude da justiça. Mas porque almejamos símbolos aqui? São eles algo a mais do que simplesmente um atalho visual sagaz para «a constante e perpétua vontade de dar a cada um o que lhe é devido»?

Nós temos uma definição de justiça perfeitamente útil, então quem precisa de alusões e a conjuração de atmosferas sugestivas? Mas nós não devemos confundir a posse de uma definição com a eliminação do mistério. Para um símbolo matemático, talvez, os dois podem coincidir (entretanto não devemos esquecer a crise trazida sobre os Pitagóricos pelos incomensuráveis perfeitamente definidos ou as implicações da introdução da esfera - o zero - à matemática!).

Certamente, «dar a cada um o que lhe é devido» é logicamente compactado dentro do abstrato. Coloque-o em prática em alguns exemplos concretos, entretanto, e você será rapidamente provocado por todas as perguntas que visitaram a mente dos pupilos de Sócrates na República de Platão. O que, afinal, é a adequação do homem? De onde ele a obtém? Pode

perdê-la? etc. De repente a definição é carregada com toda a excitação e dúvida de mil eventualidades. E nós nos direcionamos para o símbolo.

Nossos exemplos aqui podem talvez levem alguém a supor que o objetivo do símbolo é representar algo vasto e vago, como uma névoa um perfume sutil. Nada poderia estar mais distante da verdade. Para designar coisas vagas você necessita de palavras vagas; sinais arbitrários vagos farão isso facilmente. A palavra névoa é um sinal linguístico arbitrário para o sinal (conceito) formal de obscurecimento da mente, o que denota uma atmosfera encoberta - sem mistérios, somente obscuridade. Mistério verdadeiro, por sua vez - e com ele, verdadeira complexidade ontológica - não é simbolizada por causa da sua confusão ou falta de definição, mas por sua riqueza de ordem e vitalidade que tende suavizar as arestas rígidas de conceitos unifocais. Não é por ser impalpável como a fumaça, mas por ser inabarcável como uma montanha.

## CONCLUSÃO

Aí estão boas razões, agora devemos concluir, para listar os tipos de *signa* como sete, sendo que dois são sobrenaturais: 1) o milagre e 2) o sacramento; e cinco naturais (no sentido mais amplo): 3) o sinal formal; 4) o sinal natural; 5) o sinal arbitrário (convencional); 6) o sinal representacional imitativo: a imagem; e 7) o sinal representacional evocativo: o símbolo. O significado é, portanto, dividido em sete formas.